

Walk ^{with}_a Widow



empower. educate. prepare.

KIT DE EMERGÊNCIA



Índice

- Introdução
- FUNERAL
- FINANCIAR
- CANCELAMENTO DE CONTA
- PROTEGENDO SEU CRÉDITO
- DÍVIDA DO FALECIDO
- PATRIMÔNIO, BENS, TESTAMENTOS E SUCESSÕES
- SEGURANÇA SOCIAL
- Recursos



INTRODUÇÃO

Uma viúva experimenta profunda dor e imensos desafios práticos nas primeiras semanas após perder seu cônjuge. Seus amigos e familiares costumam dizer: "Deixe-me saber se posso ajudá-lo com alguma coisa". O problema dessa situação é que nem a viúva nem seus amigos/familiares sabem o que precisa ser feito ou o que precisa ser feito.

Esse kit de emergência foi montado exatamente com esse dilema em mente. É uma compilação de recursos que guiará tanto a viúva quanto seus apoiadores pelas questões práticas e financeiras que serão tratadas nessas semanas críticas.

Compartilhamos essas informações com você GRATUITAMENTE como um gesto de boa vontade; Isso deve poupar o tempo e o incômodo de procurar essas informações na internet e navegar por uma riqueza de informações digitais. É a nossa maneira de lembrar a cada viúva: "Você não está sozinha!"

O livro original foi escrito para um público americano. Use este livro como um guia e adapte-o às suas próprias práticas culturais.



FUNERAL

Obtenha 6 certidões de óbito: 4 de forma curta e 2 de forma longa.

A forma abreviada não inclui a causa da morte. Certidões de óbito abreviadas são necessárias para todas as questões financeiras. Eles não podem aceitar formas longas. Estes estarão disponíveis para você na funerária no momento da compra de serviços funerários.

Custos de cremação e diferentes tipos de opções de cremação

<https://cremationinstitute.com/direct-cremation/>

O que é cremação direta?

- Esta opção é para famílias que querem algo modesto e têm um orçamento limitado.
- AKA: "cremação simples", "cremação de baixo custo" ou "funeral de disposição direta".
- Não há velório, velório ou velório antes.
- A funerária vai buscar o corpo no local da morte. Em seguida, serão entregues ao crematório.
- Após a cremação, você pode recolher os restos mortais ou solicitar que as cinzas sejam enviadas para algum lugar.
- A unidade cuidará de toda a documentação essencial, como alvarás e certidões de óbito.

Custos diretos da cremação em 2020

Os preços podem variar de US \$ 500 a US \$ 10.000, então certifique-se de obter alguns preços dos fornecedores.

Se você quiser ver as 30 cidades restantes e uma análise mais aprofundada dos custos, confira nosso [guia de preços de cremação](#).

Custos da urna

Os provedores funerários geralmente incluem um contêiner básico. Isso é especialmente adequado se você pretende [espalhar as cinzas](#). Se você está procurando algo um pouco mais elaborado, recomendamos que você compre on-line, pois será mais barato. Pode custar entre US\$ 50 e US\$ 500.



Isso é doar seu corpo para a ciência. Tornar-se um doador tem muitos benefícios. Você pode fazer com que a morte do seu ente querido seja um processo simples durante o seu momento de luto. Uma cremação gratuita também é incluída depois que o corpo tiver cumprido seu propósito e as cinzas forem devolvidas à família.

O processo de doação do seu corpo costuma ser simples. Se você tem um hospital de ensino ou faculdade de medicina em sua área, você pode começar entrando em contato com eles para perguntar se eles têm um programa de doação. Se não, eles provavelmente podem entrar em contato com um.

Além disso, o seu médico de família deve poder encaminhá-lo para uma instalação.

Cremation.com é um site que permite pesquisar por estado. A *Associação de Cremação da América do Norte* (CANA) também tem mais de 400 crematórios em sua associação. Você também pode pesquisar sua área no site deles.

Dicas para manter seus direitos como consumidor

É importante que você conheça seus direitos como consumidor, e abaixo estão algumas dicas para a cremação direta.

§ As funerárias podem preferir que você use um de seus planos mais caros e só podem oferecê-los. Você deve saber que eles devem incluir a cremação direta como um de seus serviços disponíveis.

§ Você não é obrigado a usar um caixão para conter o corpo durante a cremação, portanto, se você for instruído a comprar um caixão, seria uma informação falsa.

§ Se você deseja usar um recipiente, a funerária é obrigada a ter um disponível, geralmente feito de papelão prensado, madeira ou um caixão de papelão resistente.

§ Se você deseja usar sua própria urna, você deve respeitar essa vontade. Se você não fornecer uma urna, eles devem fornecer um recipiente, que geralmente é uma caixa de papelão.



FINANCIAR

Como fechar contas e cancelar assinaturas

<https://www.everplans.com/articles/how-to-close-accounts-and-cancel-subscriptions-after-a-death>

Como fechar contas e cancelar assinaturas após uma morte

Após uma morte, você deve cancelar todas as contas, associações e cartões de crédito que o falecido tinha para evitar incorrer em taxas para renovar automaticamente as contas. Ele também pode protegê-lo contra roubo de identidade e fraude.

Cancelar cartões de crédito

A carteira do falecido deve conter todos os cartões de crédito em seu nome. Ligue para o número da empresa do cartão de crédito no verso do cartão para cancelar o cartão.

Embora você possa cancelar o cartão sem dar qualquer motivo, você deve estar preparado para fornecer o nome do falecido, o número do CPF e o motivo pelo qual você está cancelando o cartão. Tenha em atenção que, ao cancelar um cartão de crédito, poderá estar a cancelar simultaneamente quaisquer serviços ou subscrições associadas a esse cartão.

Qualquer dinheiro devido no cartão de crédito deve ser pago antes do cartão ser cancelado.

Tipos de faturas e taxas

Os tipos comuns de faturas e taxas incluem:

- Cartões de crédito



- Contas médicas
- Empréstimos Estudantis
- Financiamento de veículos
- Hipotecas
- Pensão alimentícia
- Pensão alimentícia
- Empréstimos Consignados

Despesas administrativas e faturas finais

As faturas e taxas podem ser divididas em duas categorias: despesas administrativas e faturas finais.

Despesas administrativas são qualquer fatura em andamento, exemplos:

Aluguel/hipoteca, seguros e utilidades – que precisam ser pagos se você ainda precisar usá-los. Essas contas podem (e devem) ser pagas mesmo que o processo de inventário não esteja concluído. Você também vai querer transferir essas contas e contas em andamento para o nome da pessoa que toma posse dos imóveis ou serviços que ainda estão em uso. Se o imóvel estiver sendo vendido/abandonado ou um serviço for cancelado, cabe ao testamenteiro gerenciar os detalhes e pagar as contas finais em nome do falecido. Quaisquer despesas incorridas devem ser reembolsadas pelo espólio.



As faturas finais são faturas para as quais o valor total só pode ser pago após a conclusão do processo de inventário, como impostos, faturas de cartão de crédito e contas médicas. Essas contas só devem ser pagas pelo testamenteiro com dinheiro do espólio depois que o espólio estiver concluído.

Se você não pode arcar com algumas das despesas administrativas sem o dinheiro do espólio, você deve entrar em contato com as empresas que estão devendo e explicar sua situação. Em alguns casos, você pode receber um adiamento dessas contas.

Pagamento de impostos

Você também terá que pagar impostos em nome da pessoa que morreu e do espólio.

Para obter informações sobre o elemento tributário da liquidação de um patrimônio, consulte nosso artigo [Pagando impostos em nome do espólio e da pessoa que morreu](#).



CANCELAMENTO DE CONTA. .

Cancelar quaisquer cartões de crédito, telefones celulares, assinaturas de jornais e revistas, associações e contas on-line que o falecido tinha

Em muitos casos, o cancelamento de um cartão de crédito cuidará do cancelamento de contas e serviços pagos, pois os serviços ou assinaturas associados a esse cartão não serão mais pagos.

Cancelar ou encaminhar e-mails

Para encaminhar a correspondência do falecido, você deve preencher um formulário de mudança de endereço e enviar o formulário para a agência dos correios local, juntamente com a prova de que você está autorizado a lidar com o correio do falecido.

Cancelar utilitários ou transferir contas

Se alguma utilidade estivesse em nome do falecido, como eletricidade, gás, água, telefone, cabo e internet, essas utilidades deveriam ser canceladas ou transferidas para o nome de um sobrevivente.

Distribuir, vender ou doar quaisquer itens pessoais que não estejam incluídos no testamento

Muitas vezes, itens pessoais de valor sentimental ou real não são incluídos em um testamento. Esses itens devem ser devidamente distribuídos aos familiares sobreviventes ou doados a instituições de caridade.

Cancelar ou transferir contrato de telefone celular

Para cancelar ou transferir um contrato de telefone celular, ligue para o número de atendimento ao cliente da sua operadora e diga ao representante que deseja cancelar



ou transferir o contrato e por quê. Não deve ser cobrada uma taxa para cancelar um contrato após uma morte ou transferir um contrato após uma morte.

Dependendo dos protocolos do seu provedor, talvez seja necessário fornecer o nome do titular da conta (o nome da pessoa que criou a conta), o número de telefone celular do falecido, a data do óbito e o número do CPF do falecido. Algumas empresas podem exigir uma cópia autenticada da certidão de óbito, embora isso seja improvável.

O saldo devedor na conta deverá ser pago quando o contrato for cancelado.

Cancelar recargas automáticas de prescrição

Muitas pessoas têm receitas regulares que são reabastecidas automaticamente em uma farmácia. Entre em contato com o médico que atendeu a pessoa que morreu para ver se o falecido estava tomando algum medicamento que poderia ter sido reabastecido automaticamente. O médico pode saber o nome da farmácia onde os scripts foram preenchidos, e você pode entrar em contato com a farmácia para cancelar as inscrições .

Associações pagas, como academia ou clube esportivo, organização cultural (balé, sinfonia, teatro, museus) ou organizações ou grupos que exigem taxas de associação, muitas vezes são intransferíveis e devem ser canceladas. Ligue para o clube ou organização para cancelar a associação e esteja preparado para fornecer a conta ou o número de identificação do associado.

Cancelar assinaturas de jornais e revistas



Revistas, jornais e outras assinaturas impressas podem ser canceladas ligando para o número de atendimento ao cliente da publicação e solicitando o cancelamento. Muitas publicações também permitirão que você cancele uma assinatura on-line. Prepare-se tendo uma cópia da publicação com você enquanto cancela a assinatura.

Fechar ou transferir contas online

Negócios Online: Amazon, PayPal, Ebay

E-mail: Gmail, Hotmail, Yahoo! Mail, AOL

Mídias sociais: Facebook, Twitter, LinkedIn, Flickr, Picasa ou outros sites de compartilhamento de fotos, sites de namoro

Entretenimento: Netflix, Hulu, Playstation, Xbox ou outras contas de jogos online, MLB.com, NFL.com e outros sites de esportes

PROTEGENDO SEU CRÉDITO

Para encontrar outros sites e serviços que possam ter as informações do cartão de crédito do falecido, verifique os extratos recentes do cartão de crédito.

Entre em contato com os birôs de crédito

Também é uma boa ideia entrar em contato com os birôs de crédito e relatar a morte para evitar roubo de identidade após sua morte. O testamenteiro também deve solicitar uma cópia do relatório de crédito do falecido.

Quem são as principais agências de informação de crédito?



Os credores recorrem aos três principais birôs de crédito — [Experian](#), TransUnion e Equifax — quando procuram obter e revisar seus relatórios de crédito. Existem inúmeros CRAs no negócio, além dessas três agências de relatórios de crédito.

Para entrar em contato diretamente com qualquer birô de crédito, por telefone, por exemplo, verifique seus sites individuais para obter mais informações.

DÍVIDA DO FALECIDO

Posso ser responsável pelo pagamento das dívidas do meu cônjuge falecido?

<https://www.consumerfinance.gov/ask-cfpb/am-i-responsible-to-pay-off-the-debts-of-my-deceased-spouse-en-1467/>

Posso ser responsável pelo pagamento das dívidas do meu cônjuge falecido?

Na maioria dos casos, você não será responsável pelo pagamento das dívidas do seu cônjuge falecido. Via de regra, ninguém mais é obrigado a pagar a dívida de uma pessoa que morreu. Não há

Algumas exceções e exceções variam de acordo com o estado.

Via de regra, ninguém mais é obrigado a pagar a dívida de uma pessoa que morreu. Aqui estão algumas exceções a essa regra geral:

§ Se houve um cossignatário em um empréstimo, o cossignatário deve a dívida.

§ Se houver correntista comum no cartão de crédito, o correntista solidário deve a dívida. Um titular de conta conjunta é diferente de um "usuário autorizado". Um usuário autorizado geralmente não é responsável pelo valor devido.

§ Se a lei estadual exigir que o cônjuge pague uma dívida.

§ Se a lei estadual exigir que o testamenteiro ou administrador dos bens da pessoa falecida pague uma conta pendente de bens que eram de propriedade conjunta do cônjuge sobrevivente e falecido.

§ Nos estados de comunhão de bens e dependendo da lei desse estado, o cônjuge sobrevivente pode ser obrigado a usar o patrimônio comum para pagar as dívidas de



um cônjuge falecido. Os estados de propriedade comunitária incluem Alasca (se um acordo especial for assinado), Arizona, Califórnia, Idaho, Louisiana, Nevada, Novo México, Texas, Washington e Wisconsin.

A menos que haja uma exceção, você não precisa assumir a responsabilidade pela dívida da pessoa falecida. Você não é obrigado a fazer isso, e o credor ou cobrador de dívidas não pode usar práticas injustas, enganosas ou abusivas para responsabilizá-lo.

Um cobrador pode entrar em contato comigo sobre a dívida do meu cônjuge falecido?

Depende. É quando você pode ser contatado:

§ O cobrador de dívidas pode entrar em contato com o cônjuge da pessoa falecida procurando a pessoa autorizada a pagar as dívidas do cônjuge falecido, como o testamenteiro ou administrador da herança. Embora o cobrador possa entrar em contato com você sobre a dívida, não é permitido representar que você é responsável por pagar a dívida com seus próprios bens, a menos que haja circunstâncias específicas que o obriguem legalmente pela dívida, como se você fosse um avalista ou titular de conta conjunta.

§ Se você era um avalista ou de outra forma legalmente vinculado pelas dívidas de seu cônjuge falecido.

§ Se você mora em um estado de propriedade comunitária, você pode ser responsável por pagar a dívida com propriedade comunitária, mas você deve consultar um advogado para entender seus direitos e obrigações.

§ Se você é o testamenteiro ou administrador do patrimônio da pessoa falecida, os credores podem entrar em contato com você para discutir as dívidas e pagamentos de bens da pessoa falecida. Os cobradores não podem declarar ou insinuar que você é pessoalmente responsável por pagar as dívidas da pessoa com seus próprios bens, a menos que haja circunstâncias específicas, como ser um cossignatário, que o vinculem legalmente à dívida.

§ Se você não é o testamenteiro ou administrador, você pode querer dizer ao cobrador quem é o testamenteiro.

Você tem o direito de dizer a um cobrador de dívidas para parar de se comunicar com você. Este direito aplica-se ao cônjuge de uma pessoa falecida e ao testamenteiro ou administrador da herança. Além disso, de acordo com a Lei de Práticas Justas de Cobrança de Dívidas (FDCPA), os cobradores de dívidas não podem assediar, oprimir



ou abusar de você ou de qualquer terceiro com quem entrem em contato. Se você quer que um cobrador de dívidas pare de entrar em contato com você sobre uma dívida, ou apenas entre em contato com você em determinados momentos ou através de um advogado, preparamos [cartas de amostra](#) que você pode usar para entrar em contato com um cobrador de dívidas.

Tenha em mente que, mesmo que você impeça que os cobradores entrem em contato com você, o espólio da pessoa falecida ainda pode ser responsável pela dívida. O cobrador de dívidas pode entrar com uma ação contra o espólio como qualquer outro credor.

Se eu não pagar as dívidas do meu cônjuge falecido com meus próprios fundos, isso afetará meu crédito?

§ Geralmente, não. O credor ou cobrador de dívidas não deve comunicar as dívidas do seu cônjuge a uma empresa de informação de crédito em seu nome, a menos que você: fosse um titular de conta conjunta; co-assinado para o empréstimo, conta ou dívida; ou morar em estado de propriedade comunitária. Se um cobrador de dívidas informar incorretamente as dívidas de seu cônjuge em seu nome a uma empresa de relatórios de crédito, você deve entrar em contato com essa empresa e contestar as informações.

§ Se você era um usuário autorizado com um cartão de crédito, mas não um titular de conta conjunta, você geralmente não é obrigado a pagar a dívida. Se um cobrador de dívidas insistir que você co-assinou a conta, mas você acredita que não, você pode solicitar que o cobrador forneça provas. Essa prova pode ser uma cópia de um contrato que você assinou. Os emissores de cartões de crédito geralmente relatam o status dos usuários autorizados às empresas de relatórios de crédito. Portanto, você pode ser capaz de satisfazer o cobrador de dívidas de que você era apenas um usuário autorizado, mostrando ao cobrador a parte relevante do seu relatório de crédito. Você pode [obter uma cópia gratuita do seu relatório de crédito uma vez por ano de cada uma das três empresas nacionais de relatórios de crédito on-line](#), ligando para (877) 322-8228 ou enviando um aplicativo.

Se alguém morre por causa de uma dívida, a dívida desaparece quando morre?

<https://www.consumerfinance.gov/ask-cfpb/if-someone-dies-owing-a-debt-does-the-debt-go-away-when-they-die-en-1463/>



PATRIMÔNIO, BENS, TESTAMENTOS E SUCESSÕES

Direitos da viúva sobre os bens do cônjuge falecido

<https://info.legalzoom.com/widows-rights-over-deceased-spouses-estate-21561.html>

Direitos da viúva sobre os bens do cônjuge falecido

As viúvas, ou cônjuges sobreviventes, têm certos direitos no que diz respeito à administração dos bens de um cônjuge falecido. Uma viúva pode ser a primeira escolha como representante pessoal, a menos que seu cônjuge falecido tenha nomeado outra pessoa como executora em seu testamento. Como os tribunais de inventário dão importância a honrar os últimos desejos de um testador, um testamenteiro nomeado em um testamento tem precedência sobre um cônjuge sobrevivente.

Prioridade do Representante Pessoal

Se um falecido não faz um testamento e, por extensão, não nomeia um testamenteiro, muitos estados consideram que um cônjuge sobrevivente é o primeiro na linha quando se trata de administrar o patrimônio de um cônjuge falecido. Embora outros membros da família possam solicitar a nomeação como representante pessoal a um tribunal de sucessões, o cônjuge sobrevivente tem prioridade. Em outras palavras, se o cônjuge sobrevivente deseja assumir o papel de administrador do patrimônio, todos os pedidos de outros membros da família ficam em segundo plano. Isso ocorre porque um cônjuge sobrevivente geralmente tem mais conhecimento dos bens do cônjuge falecido. Além disso, a lei reconhece que os cônjuges sobreviventes têm maior autoridade sobre a distribuição dos bens conjugais.

Isenção de Habitação Familiar

Alguns estados, como a Flórida, permitem uma isenção habitacional. Isso significa que a residência principal da pessoa falecida, geralmente compartilhada com o cônjuge sobrevivente, está isenta de certas restrições de inventário. Por exemplo, o patrimônio familiar pode ser dispensado de passar por todo o processo de inventário, uma vez que aguardar a transferência da residência principal pode criar dificuldades para os cônjuges e filhos sobreviventes que também residem no patrimônio familiar.



Distribuições provisórias

Normalmente, uma viúva tem um direito maior ao patrimônio do marido falecido, pois pode ter direito a distribuições provisórias dos bens do espólio, especialmente se houver filhos envolvidos. Por exemplo, outros herdeiros podem ter que esperar até o final do processo de inventário para que possam receber uma distribuição de herança. No entanto, no caso de uma viúva, ela pode ter direito a distribuições provisórias, pois a perda de um cônjuge pode criar dificuldades financeiras.

Bens não testamentários

Nos estados de comunhão de bens, uma viúva pode ter direito à sua parte automática de todos os bens comuns sem passar por prova. Isso significa que você não terá que esperar para receber sua parte dos ativos de propriedade da comunidade, porque esses ativos evitam a legalização. Como os bens conjugais são considerados bens de ambos os cônjuges, uma viúva pode herdar automaticamente todos os bens conjugais, a menos que seu cônjuge falecido tenha cedido sua parte de 50% dos bens conjugais a alguém que não seja seu cônjuge sobrevivente.

Cinco mitos sobre testamentos e inventários

<https://www.nolo.com/legal-encyclopedia/five-myths-about-wills-probate.html>

"Em primeiro lugar, muitas propriedades nem sequer exigem o processo de inventário. Geralmente, apenas bens pertencentes ao nome da pessoa falecida devem passar por inventário. E se o valor desses 'bens testamentários' for pequeno o suficiente, a família pode aproveitar os [atalhos testamentários](#), que são mais baratos do que os da sucessão regular."

Transferência de bens no momento da morte: morte e sucessão

<https://onebiteblog.com/transferring-assets-at-death-wills-and-probate/>

Transferência de bens no momento da morte: testamentos e inventários

O planejamento sucessório geralmente envolve a análise da propriedade, transferência e tributação de bens, tanto durante a vida de uma pessoa quanto no momento da morte. Para a maioria das pessoas, no entanto, o planejamento patrimonial pode ser resumido simplesmente como: "Para onde vão meus bens quando eu morrer?"



Uma introdução

O título de um bem (o(s) nome(s) na conta ou escritura) é a primeira determinação de como o bem passará após a morte. A forma como o bem é titulado determinará se o interesse da pessoa falecida no bem passa para outros proprietários ou beneficiários sobreviventes, ou se o bem passa sob o testamento ou patrimônio da pessoa falecida.

Em qualquer planejamento sucessório, é fundamental determinar como a titularidade de um bem é mantida; A titulação indevida de bens pode gerar consequências não intencionais para uma pessoa falecida.

Bens como seguro de vida, anuidades e benefícios de aposentadoria (pense em IRAs e 401(k)), bem como quaisquer outros ativos com designação de beneficiário, passam para o beneficiário nomeado, independentemente do que a vontade do falecido fornecer. Da mesma forma, os bens mantidos em conjunto com outra pessoa com direito de sobrevivência passam diretamente para o proprietário sobrevivente após a morte do falecido, independentemente do que o testamento do falecido prevê. Por fim, os bens mantidos em fideicomisso revogável passam para os beneficiários do fideicomisso sem inventário.

Quando o primeiro cônjuge de um casal falecer, e todos os bens forem mantidos juntamente com os direitos de sobrevivência entre os cônjuges, ou o cônjuge sobrevivente for nomeado como beneficiário, não haverá inventário, porque todos os bens passam diretamente para o cônjuge sobrevivente por uma questão de direito. No entanto, quando o segundo cônjuge falecer, um processo de inventário será necessário para passar os bens do cônjuge sobrevivente apenas em seu nome (como imóveis e contas bancárias) para seus filhos ou outros herdeiros.

Vontades

O testamento é o documento de planejamento patrimonial mais básico sobre como você pretende administrar seu patrimônio após sua morte. Cumpre várias funções principais:

1. Um testamento especifica quem você deseja receber seus bens testamentários após sua morte, bem como quaisquer restrições desejadas sobre a transferência de



propriedade (por exemplo, você pode querer que os bens sejam mantidos em confiança para seus filhos até que eles atinjam uma idade apropriada).

2. Um testamento nomeia um representante pessoal que, com a aprovação do tribunal, paga os seus credores e impostos, e distribui os restantes bens conforme indicado no seu testamento.

3. Um testamento permite que você nomeie um tutor para criar seus filhos menores e administrar seus bens.

4. Um testamento também permite que você aproveite várias técnicas de planejamento tributário patrimonial.

Legalizar

Antes de entrar em vigor, cada testamento deve ser "admitido" pelo tribunal de sucessões da comarca onde a pessoa residia no momento de sua morte. Um testamento *não impede o inventário*. O *juízo de inventário ou registro de inventário (dependendo se o espólio está em administração "formal" ou "informal")* supervisiona o inventário e a avaliação de seus bens, o pagamento de dívidas e a distribuição dos bens remanescentes aos herdeiros, seja de acordo com um testamento ou se não houver testamento, de acordo com os estatutos estaduais.

Essencialmente, o processo de inventário permite a transferência da titularidade legal dos bens para os herdeiros do falecido, após o pagamento pelos credores do falecido e outras despesas. A nomeação de um representante pessoal pelo tribunal, que recebe documentos selados pelo tribunal para fornecer provas de seu papel em nome do espólio, fornece segurança e proteção aos bancos e outras partes de que estão lidando com alguém que tem autoridade legal para agir em nome do espólio do falecido.

A sucessão garante que os trâmites legais para a administração do patrimônio sejam seguidos corretamente. As pessoas interessadas (parentes, herdeiros, etc.) devem receber uma cópia do testamento, ser notificadas de quaisquer audiências e obter documentação do representante pessoal informando que o patrimônio foi devidamente administrado.

Os custos do inventário variam de acordo com o tamanho do patrimônio e o tipo de bens envolvidos. Um patrimônio envolvendo ativos relativamente líquidos, como



contas bancárias e uma casa, geralmente é muito fácil de resolver. O processo é mais complexo se houver questões significativas de imposto sobre o patrimônio ou ativos ilíquidos significativos, como várias parcelas de imóveis ou uma participação em uma pequena empresa. Existem certos requisitos legais associados à notificação de interessados, notificação de credores, apresentação de inventários, etc., que podem agregar honorários advocatícios e fazer com que mesmo o inventário mais simples leve de seis meses a um ano ou mais para ser concluído. A maioria dos representantes pessoais contratará um advogado para auxiliar na administração do espólio para garantir que todos os procedimentos e requisitos sejam seguidos corretamente.

Se uma pessoa morre sem testamento, seu patrimônio ainda deve passar por inventário.

O tribunal nomeará um representante pessoal, geralmente um cônjuge ou membro da família, para administrar o patrimônio. Os bens do falecido serão distribuídos aos seus "herdeiros legais" (comumente chamados de "parentes mais próximos"), o que está previsto nos estatutos estaduais. Por exemplo, os bens de uma pessoa solteira sem filhos serão geralmente distribuídos aos seus pais; Se os pais forem falecidos, os bens serão distribuídos aos irmãos do falecido. Obviamente, isso pode ou não ser o que o falecido desejava.

O processo de inventário é importante para bancos, instituições financeiras e outros custodiantes que possuem contas financeiras, pois garante que eles estão entregando as contas do falecido para a pessoa apropriada com autoridade para agir em nome do espólio. Por exemplo, após a morte de uma pessoa, seu filho não pode simplesmente dar ao banco uma cópia do testamento do falecido e pedir seus fundos. O banco precisa ver os documentos de inventário lacrados pelo tribunal para se certificar de que está protegido ao entregar os fundos ao representante pessoal, e que nenhuma outra pessoa ou credor tem créditos sobre os fundos.

Devo evitar a legalização? Depende.

O inventário é um procedimento testado pelo tempo supervisionado pelo tribunal para garantir que um patrimônio seja adequadamente administrado. A complexidade e o custo do inventário variam de acordo com o estado. A sucessão em alguns estados e grandes cidades pode ser cara e demorada. Infelizmente, alguns advogados e outros que comercializaram fundos vivos revogáveis e outras ideias de "evitar testamentos" para o público em geral nas últimas duas décadas frequentemente descrevem o processo como um "mal" a ser evitado. Isso criou e promoveu a evasão testamentária



como um objetivo em si, que pode ser inadequado, desnecessário e, em alguns casos, complicar a administração de um patrimônio se não for devidamente concluído.

Dependendo do seu estado e município de residência e do tamanho do seu patrimônio, um testamento simples pode ser adequado e relativamente fácil de administrar. No entanto, para propriedades maiores, ou propriedades com impostos mais significativos ou outras questões de planejamento, fundos vivos revogáveis e outras técnicas podem ser mais apropriadas. Consultar um advogado que possa oferecer a solução certa com base em suas circunstâncias é o melhor curso de ação.

Como disputar bens pessoais após a morte

<https://www.lexikin.com/guide/how-to-distribute-personal-property-after-death/>

Quando um ente querido **deixa um** testamento, a maioria das grandes coisas será cuidada. A casa, o carro, talvez algumas poupanças, ações ou outros ativos; Mas e o resto? O que você deve fazer com todos os seus pertences pessoais, móveis, obras de arte, enfeites e bugigangas?

Às vezes, essas peças pequenas e memoráveis são muito mais valiosas sentimentalmente para aqueles próximos ao falecido do que qualquer quantia de dinheiro ou propriedade. Porque eles não foram contabilizados no testamento, decidindo quem deve receber o que recai sobre os ombros do Executor, e podem tomar algumas decisões difíceis.

<https://www.finder.com/what-happens-to-my-bank-cuenta-si-yo-muero>

O que acontece se o único proprietário de uma conta morrer?

Quando alguém morre, suas contas bancárias são fechadas. Qualquer dinheiro deixado na conta é entregue ao beneficiário que eles nomearam na conta. Se nenhum beneficiário for nomeado, o testamenteiro do espólio supervisiona a divisão de acordo com o testamento, o documento legalmente vinculativo que descreve quem recebe os bens do falecido após sua morte.



Se alguém morre sem testamento, os bens e propriedades são passados por sucessão sucessória aos seus herdeiros. As leis sucessórias dependem do estado em que o falecido vivia, e um tribunal nomeia um administrador que divide os bens. Na maioria dos casos, a maior parte, ou mesmo a totalidade, do dinheiro vai para o seu cônjuge, e o resto é dividido entre os seus filhos.

Qualquer dívida de cartão de crédito ou dívida de empréstimo pessoal é paga das contas bancárias do falecido antes que o gerente da conta assuma o controle de qualquer ativo.

Documentos necessários

Antes que o patrimônio do falecido seja quitado e suas contas bancárias sejam encerradas, a instituição financeira precisa de documentos que comprovem o óbito e o responsável pela gestão do estado. Na maioria dos casos, isso inclui uma certidão de óbito e uma carta do tribunal de inventário nomeando o testamenteiro ou administrador do espólio.

Entre em contato com a instituição financeira para iniciar o processo de regularização das contas bancárias do falecido. A instituição financeira fornece uma carta com os próximos passos assim que receber a notificação de óbito.

Contas a pagar por morte

Qualquer conta bancária com um beneficiário designado é uma conta a pagar por morte. Quando um dono de conta morre, o beneficiário recolhe o dinheiro. Não há processo de inventário ou longo período de espera. O beneficiário deve apresentar à instituição financeira um documento com foto e certidão de óbito do falecido.

Se o beneficiário falecer antes do morro do correntista, o banco libera o dinheiro para o testamenteiro do espólio, que o distribui, seja de acordo com a vontade do falecido ou com a lei estadual.

Como evitar complicações

Converse com um profissional de planejamento sucessório para minimizar os problemas que podem surgir caso você não consiga se cuidar. Considere o seguinte ao se reunir com um profissional:

1. Adicione uma procuração (POA). Existem muitos tipos diferentes de POA. Mas um POA durável tem os poderes mais amplos e toma decisões sobre sua saúde, finanças e assuntos legais enquanto você está vivo.



2. Crie uma conta confiável. Existem muitos tipos diferentes de confiança, por isso é importante conversar com um profissional sobre o melhor para a sua situação.
3. Explique seus desejos. Uma vez que sua confiança é estabelecida, projete como você deseja distribuir sua conta bancária após a morte.

Pagável em contas por morte vs. trusts

Tanto as contas a pagar em contas por morte quanto os trusts são projetados para ajudá-lo a evitar o processo de inventário. Mas ambos têm diferenças notáveis.

As contas a pagar por morte geralmente listam um ou mais beneficiários principais. Quando o correntista morre, o dinheiro é dividido igualmente entre os beneficiários. Todos os beneficiários têm o mesmo controle sobre o dinheiro, pelo que devem decidir por unanimidade como utilizar os fundos. Se não houver beneficiário vivo, o dinheiro vai automaticamente para a legalização.

Os fundos fiduciários oferecem mais flexibilidade do que os que pagam em contas por morte. Com os trusts, o proprietário da conta pode listar quantos beneficiários primários e secundários quiser. Além disso, eles decidem como e quando a conta é dividida entre os herdeiros. Para simplificar o processo, eles podem nomear um administrador para distribuir os ativos de acordo com o plano.

Em conclusão

Se alguém tiver um beneficiário designado em sua conta, essa pessoa poderá sacar dinheiro após a morte do proprietário da conta. Caso contrário, a conta bancária é encerrada e seu saldo será dividido de acordo com a vontade do falecido ou as leis sucessórias do estado.



Segurança social

<https://www.ssa.gov/planners/survivors/ifyou.html>

O número de créditos necessários para fornecer benefícios aos sobreviventes depende da idade do trabalhador quando ele morre. Ninguém precisa de mais de 40 créditos (10 anos de trabalho) para ter direito a qualquer benefício da Previdência Social. Quanto mais jovem uma pessoa é, menos créditos ela deve ter para que os membros da família recebam o benefício de sobrevivência.

As prestações podem ser pagas aos filhos do trabalhador e ao cônjuge sobrevivente que cuida dos filhos, mesmo que o trabalhador não tenha o montante necessário de créditos. Eles podem obter benefícios se o trabalhador tiver crédito por um ano e meio de trabalho (6 créditos) nos três anos imediatamente anteriores à sua morte. A situação de cada um é diferente, e você precisa conversar com um representante da Previdência Social sobre suas opções.

A Previdência Social paga pensão por morte?

Uma taxa única de morte de US \$ 255 pode ser paga ao cônjuge sobrevivente se ele ou ela vivia com o falecido; ou, se moravam separados, recebiam determinados benefícios da Previdência Social no cadastro do falecido.

Se não houver cônjuge sobrevivente, o pagamento é feito a um filho que tenha direito a benefícios no registro do falecido no mês do óbito.

E se o falecido recebesse benefícios mensais?

Se o falecido recebia benefícios da Previdência Social, você deve devolver o benefício recebido referente ao mês do óbito e qualquer mês subsequente.

Por exemplo, se a pessoa morreu em julho, é preciso devolver os benefícios pagos em agosto. A forma como você devolve os benefícios depende de como o falecido recebia os benefícios:

- Para fundos recebidos por depósito direto, entre em contato com seu banco ou outra instituição financeira. Solicitar que os recursos recebidos referentes ao mês de falecimento ou posterior sejam devolvidos à Previdência Social.
- Os benefícios recebidos por cheque devem ser devolvidos à Previdência Social o mais rápido possível. Não desconte cheques recebidos referentes ao mês em que a pessoa morre ou posteriormente.



Quem recebe o benefício?

Alguns membros da família podem ser elegíveis para benefícios mensais, incluindo:

- Viúva ou viúvo com idade igual ou superior a 60 anos (50 anos ou mais, se deficiente);
- Um cônjuge divorciado sobrevivente, em determinadas circunstâncias;
- Viúva ou viúvo, de qualquer idade, que cuide do filho do falecido menor de 16 anos ou deficiente e receba benefícios em seu registro;
- Filho solteiro do falecido que:

Menor de 18 anos (ou até 19 anos, se for estudante em tempo integral em escola de ensino fundamental ou médio);

- o Ter 18 anos ou mais com uma deficiência que tenha começado antes dos 22 anos.

Outros membros da família são elegíveis?

Em determinadas circunstâncias, os seguintes membros da família podem ser elegíveis:

- Um enteado, neto, neto ou filho adotivo;
- Pais, com idade igual ou superior a 62 anos, que dependiam do falecido para pelo menos metade do seu sustento.

Se for viúva ou viúvo de uma pessoa que trabalhou o suficiente ao abrigo da Segurança Social, pode:

- Receber prestações integrais na idade da reforma completa para sobreviventes ou prestações reduzidas a partir dos 60 anos.

Comece a receber benefícios a partir dos 50 anos se você estiver incapacitado e a incapacidade tiver começado antes ou dentro de sete anos após a morte do trabalhador.

- Receber prestações de sobrevivência em qualquer idade, se não tiver casado novamente e cuidar do filho do trabalhador falecido que seja menor de 16 anos ou incapacitado e receba prestações no registo do trabalhador.

Se voltar a casar depois de completar 60 anos (50 se for deficiente), o seu novo casamento não afectará a sua elegibilidade para as prestações de sobrevivência.



Recursos

10 coisas para saber após a morte de um ente querido

<https://www.fairsharelawyers.com/resources/10-things-to-know-after-the-death-of-a-loved-one/>

O que fazer quando um ente querido morre

Depois de perder um ente querido, seu foco está em sua família e no luto pela perda, não na administração do [patrimônio](#). Mas há muitas preocupações que precisam ser resolvidas para garantir que os desejos finais de seu ente querido sejam respeitados, protegendo os laços de sua família.

10 coisas para saber após a morte de um ente querido

1. A procuração deixa de ser válida.

Muitas pessoas acreditam que, como procuração, continuam a ter o poder de administrar um patrimônio após a morte de um ente querido. Simplesmente não é o caso. Uma procuração não é mais válida após a morte. A única pessoa autorizada a agir em nome de um espólio após uma morte é o representante pessoal ou testamenteiro nomeado pelo tribunal.

2. Os bens devem ser protegidos.

Após a morte de um ente querido, muitas vezes há um período de caos. Isso, junto com o luto, apresenta uma oportunidade única para aqueles que se dedicam ao ganho pessoal. É importante que a família, antes mesmo da abertura de um patrimônio, proteja todos os bens que pertenciam ao falecido. Ninguém, inclusive a família, deve começar a tomar ou distribuir bens. É necessário abrir um espólio e nomear um representante pessoal ou testamenteiro. É muito difícil recuperar ativos depois de distribuídos ou tomados.

3. O inventário provavelmente precisará ser aberto.

Muitas pessoas acreditam que não precisam abrir um imóvel porque seu ente querido não tinha muito dinheiro. O erro dessa crença é que as dívidas e impostos do falecido muitas vezes não são pagos enquanto os bens são distribuídos. A família é surpreendida quando um credor ou a Receita Federal aparece tentando recuperar seu



crédito. Eles têm o direito e o poder de abrir uma propriedade e perseguir aqueles que receberam a propriedade. É muito melhor abrir uma propriedade e gerenciá-la adequadamente em primeiro lugar. Consulte um advogado imediatamente para determinar se isso é necessário.

4. Determine se existe um testamento.

A família deve começar, quando for o caso, a buscar um testamento original.

Se um original não puder ser localizado, a próxima melhor opção é uma cópia. A família deve verificar com o advogado ou contador do falecido se eles têm o original ou uma cópia. A família também deve verificar com o banco onde o falecido tinha uma conta para ver se alguém pode estar em um cofre. Lembre-se, você não deve agir sobre um testamento até que o tribunal admita essa vontade de inventário.

5. Dívidas e impostos seguem riqueza.

Dívidas e impostos são de responsabilidade do espólio. Não são da responsabilidade dos herdeiros ou beneficiários do testamento. Se não houver bens suficientes no espólio para satisfazer todas as dívidas ou obrigações fiscais do falecido, essas dívidas e obrigações não passam a ser responsabilidade de familiares e amigos. Muitos assumirão a responsabilidade, acreditando que é a coisa certa a fazer, mas não são legalmente obrigados a fazê-lo.

6. Os credores podem abrir uma herança.

Manter os bens do falecido em um esforço para evitar que os credores reivindiquem sua dívida é uma proposta arriscada. Os credores têm o direito, decorrido tempo suficiente, de pedir ao tribunal que abra eles próprios a herança testamentária. Se isso acontecer, o tribunal provavelmente não nomeará um membro da família e, em vez disso, nomeará um terceiro independente como representante pessoal ou executor. O testamenteiro procederá à reunião dos bens do falecido para satisfazer todas as dívidas, impostos e custos de administração do patrimônio. Isso inclui o TennCare, então tenha em mente que eles precisam ser tratados e não desaparecerão apenas com o tempo.

7. Notificar cada um dos óbitos.

Após a morte de um ente querido, é aconselhável notificar todas as empresas de cartão de crédito, órgãos governamentais (estaduais e federais), operadoras de telefonia celular, concessionárias de serviços públicos e outras empresas relacionadas sobre o falecimento. Isso evitará cobranças adicionais nas contas e permitirá que elas convertam seus arquivos para o status de falecido.



8. Obter certidões de óbito.

Após o velório, a certidão de óbito deve estar disponível. A maioria das funerárias ajuda as famílias a obter esses certificados. Você deve obter várias cópias da certidão de óbito para garantir que você tenha o suficiente para todas as necessidades de gerenciamento. Se você ficar sem cópias, o Departamento de Registros Vitais pode ser contatado para obter cópias adicionais.

9. Determine se os impostos estão em dia.

Depois da morte, há tantas coisas para cuidar, que pode ser fácil esquecer os impostos do falecido. A família deve se reunir com um contador para determinar se alguma declaração de imposto de renda precisa ser prorrogada.

10. Comunique-se regularmente.

Uma das principais razões pelas quais o litígio sucessório ocorre é porque há um sentimento de que o executor não está se comunicando com os outros interessados. A falta de comunicação geralmente leva à suspeita e ao ressentimento. Discussões regulares permitirão que todos participem do processo. Interrupções na comunicação levam a litígios.

